

DN Madeira

07-02-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Regional

Tiragem: 19292

Temática: Justiça

Dimensão: 436

Imagem: S/Cor

Página (s): 6

# Extintuir Tribunais é proposta a ser trabalhada

**AS ELEIÇÕES PARA A ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE JUÍZES ESTÃO MARCADAS PARA 24 DE MARÇO**

**EMANUEL SILVA**  
esilva@dnoticias.pt

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP) vai às urnas a 24 de Março para eleger os corpos dirigentes que irão suceder à actual direcção liderado pelo juiz desembargador António Martins.

Ontem terminou o prazo para apresentação de candidaturas para o mandato 2012/2015. Há duas listas, uma liderada por José António Mouraz Lopes, juiz desembargador do Tribunal da Relação do Porto. E outra liderada pelo juiz desembargador do Tribunal da Relação de Guimarães, José Manuel de Araújo Barros, sob o lema "Ser juiz".

Mouraz Lopes, nascido há 50 anos em Vouzela e residente em Coimbra tem por mandatário o actual presidente da ASJP, António Martins e vai a sufrágio sob o lema "Confiar na Justiça: Independência, Responsabilidade, Transparência". Na lista de Mouraz Lopes consta o nome do juiz madeirense Paulo Barreto para o conselho-geral.

Mouraz Lopes passou ontem pela Madeira onde cumpriu um périplo pelos Tribunais de Santa Cruz, Ponta do Sol, Funchal e São Vicente.

Ao DIÁRIO, o juiz desembargador disse que os tempos que aí vêm são "complicados, difíceis" e obrigam a que se dê "confiança" aos juizes. Foi o propósito da candidatura.



**Mouraz Lopes veio ontem à Madeira apresentar a candidatura e conhecer a realidade regional.** FOTO TERESA GONÇALVES

Sobre o novo mapa judiciário que prevê, para a Região, a extinção do Tribunal de São Vicente, Mouraz Lopes disse que a proposta avançada recentemente pelo Ministério da Justiça/Direcção-geral da Administração da Justiça (DGAJ) "é útil mas tem de ser trabalhada". "Há um longo caminho a percorrer", disse.

No caso da Região, está mais inclinado a subscrever a proposta conjunta que, há dois anos, os juizes e advogados madeirenses apresentaram em vez da solução agora vaticuada pelo Ministério liderado por Paula Teixeira da Cruz.

No caso de São Vicente, em vez da sua extinção, a ideia é manter o tribunal embora sem juiz, com o juiz da Ponta do Sol a ir ao norte uma ou

duas vezes por semana conforme defendem os magistrados e advogados madeirenses. "Essa proposta parece-nos muito coerente e feita por quem sabe", disse.

Refira-se que a proposta regional também aponta para o alargamento da competência territorial a toda a Região do Tribunal de Família e Menores do Funchal e a criação de um juízo de comércio e outro de execução mantendo o juízo de instrução criminal.

Instado sobre a reforma do processo penal que aponta, entre outras coisas, para a 'negociação' de penas entre o arguido e o Ministério Público (MP) ou para julgamentos rápidos em caso de flagrante delito, Mouraz Lopes disse que não pode-

mos ignorar o evoluir dos tempos e o direito comparado.

Mouraz Lopes foi director-nacional adjunto da PJ e, no Verão passado, lançou o livro 'O espectro da corrupção'. Instado pelo DIÁRIO sobre o combate à corrupção em Portugal, disse que o conselho preventivo contra a corrupção que existe junto do Tribunal de Contas (TC) tem feito o seu caminho.

"Fizeram-se algumas coisas. Mudaram-se algumas leis no ano passado. Provavelmente dever-se-iam mudar menos algumas leis e mais algumas práticas", disse.